

Toxicomania: uma construção
moderna a
propósito do falo
Sheyla Machado¹

O nome de Johann Kepler, astrônomo alemão que viveu e trabalhou na Europa do século XVI, chegou até nós por sua descoberta da órbita elíptica dos planetas em torno do sol. Conta-se que, no curso dessa descoberta, Kepler chegou a formular e experimentar 70 hipóteses ao procurar traçar a órbita de Marte.

Não podemos imaginar sequer dez possibilidades para o movimento de um corpo em torno de outro, mas, dessa história ressalta uma indicação: a de que o caminho para compreender um novo fenômeno passa, em algum momento, pela possibilidade de tomar distância do dado da experiência, para tentar inscrevê-lo alhures, num contexto teórico de referência, tomado aqui na perspectiva de um conjunto consistente de elementos, os quais deverão ser diferentemente combinados a partir das indicações fornecidas pela própria experiência. Disso resulta a construção de novas hipóteses de trabalho a serem testadas num movimento constante de retorno à prática.

Assim, este trabalho vem se inscrever como uma tentativa de elaborar teoricamente, e com o instrumental da psicanálise, uma hipótese em torno do par mãe-filho na toxicomania, cujos elementos fundamentais foram-nos sugeridos e vêm gradualmente ganhando consistência clínica, a partir da escuta, particularmente, de mães de usuários de drogas.

Se a clínica da família no âmbito da dependência química apresenta regularmente muitos e espetaculares fenômenos que, sem dúvida, ajudam a orientar-nos no que está em jogo, é, ainda, na sutileza da palavra que vamos

encontrar o fiel da balança que nos porá na direção mais segura. Assim são significantes particulares, pequenas expressões, detalhes do discurso materno que, enfim, darão as coordenadas sobre o exato lugar que ocupa um filho na subjetividade da mãe. A escuta atenta desse falar materno, no campo das adições, levou-nos a estabelecer certas diferenciações entre umas e outras mães, segundo o lugar ou não-lugar, no plano simbólico, que assume para ela a criança em causa. Isso possibilitou-nos mesmo estabelecer uma certa correlação entre um dado discurso materno com o diagnóstico de toxicomania verdadeira, para além da fenomenologia do consumo que se apresentava no momento da consulta, o que tem evidente valor diagnóstico sobre a natureza da dependência em causa.

Não pretendemos abarcar aqui todo o campo do consumo de drogas. Limitar-nos-emos, por ora, a estabelecer algumas articulações em torno da relação mãe-filho na toxicomania verdadeira, deixando para um trabalho posterior as elaborações que pudemos fazer sobre a triade mãe-usuário-droga no plano do consumo não toxicomaniaco do produto.

Assim é que, para além da configuração especificamente atual onde a droga faz-se objeto privilegiado em torno do qual tudo vai circular, trata-se de nos reportarmos a este par intersubjetivo primordial, pivô de toda estruturação subjetiva, para rastrear o acidente ou o ponto crítico da estrutura onde o sujeito permanece ancorado, e desde o qual o encontro com a droga se fará uma experiência mais profunda, esta assumindo funções muito particulares na organização psíquica do sujeito toxicômano.

Não pretendemos com isso estabelecer uma relação causal única e exclusiva onde toda toxicomania encontre sua justificação última. Pela simples coerência científica, somos obrigados a admitir a possibilidade de que não só, nem todos os casos de toxicomania verdadeira devam ser reportados a um acidente dessa natureza, como ainda, mesmo nos casos em que possamos confirmar essa hipótese, não se tratará de fato de uma determinação exclusiva. Resta o encontro com a droga, que se constitui em si mesmo num fenômeno inédito, com suficientes entrelaçamentos próprios para ser tomado na perspectiva de um simples efeito do que veio antes.

Passemos, então, à elaboração de nossa hipótese, construída basicamente a partir do eixo estrutural constituído pela tríade imaginária, a saber: mãe/falo/criança. Isso é, antes de mais nada, uma estrutura, está claro, o que equivale a uma delimitação de lugares que a criança irá ocupar sucessivamente, em diferentes momentos lógicos, desde os quais se constituirá intersubjetivamente, quaisquer que sejam os personagens reais envolvidos. Portanto, há um curso normal, ou melhor dizendo, um caminho lógico a ser percorrido por toda criança, não importa em que condições esteja. O que vai determinar as diferentes apresentações clínicas serão as respostas que cada sujeito possa dar à estrutura simbólica fundamental na qual já nasce inserido, resposta que parece depender dos recursos de que cada criança em particular dispõe e, entre estes, contam-se os pais reais que porventura lhe couberam, e isto não no plano de uma caracterização psicológica superficial, que acaba sendo sempre conjuntural, mas do ponto de vista de se podem ou não funcionar como suportes eficientes para as funções em causa. Se assim não fosse, como poderiam ser integrados na formulação psicanalítica o dado histórico, o acaso, o efetivamente vivido pelo sujeito? Essa é uma primeira questão.

Na tentativa de reconstrução dos passos do toxicômano, comecemos então pela estrutura e, dentro dela, pela mãe. O que é então a mãe? A mãe é, antes de tudo, para a psicanálise, um termo que comporta um certo lugar na estrutura, um dos pólos da tríade imaginária, aquele em referência ao qual a criança começa a se constituir subjetivamente, a partir da experiência fundamental de frustração. Esta se delinea em dois níveis. No primeiro, por sua pura presença/ausência em função do apelo, a mãe introduz a criança na primeira estruturação simbólica. Num segundo nível, conforme estabelece Lacan no Seminário sobre a relação de objeto, ela parece não mais responder em função do apelo, mas segundo seu próprio critério, pelo que uma transformação se produz. A mãe, de simbólica, no primeiro nível, torna-se agora real, uma potência real com a qual terá que se haver a criança. Por outro lado, o objeto, anteriormente real, na forma de objeto da necessidade, torna-se agora simbólico do dom dessa potência em que se transformou a mãe. A satisfação se eleva da simples satisfação da necessidade para a satisfação simbólica

implicada no dom de amor. A frustração, apreensão da falta no plano imaginário, é agora frustração do dom por parte dessa potência real de que depende a criança.

Paremos nesse ponto da estrutura para perguntar, por outro lado, quem é a mãe? Ora, ela é, nessa dimensão, um personagem, cuja subjetividade foi constituída, em sua origem, pelo mesmo processo que a criança ora atravessa, e cujos resultados nela não deixam de ter sua importância para o que se passa agora com seu filho.

A indicação de Freud e Lacan obriga-nos, aqui, a retomar o capítulo da sexualidade feminina. Essa mãe é então uma mulher que, percebendo-se, a seu tempo, desguarnecida desse objeto imaginário que é o falo, idealizou poder recebê-lo de seu pai, sob a forma de uma criança. Opera-se aqui uma equivalência falo-criança que vai determinar todo o modo de apreensão que ela poderá fazer desse pequeno ser real que lhe chega posteriormente. O fato de que essa criança representa simbolicamente para ela o falo a ser recebido do pai ou de seu substituto masculino, faz com que ela seja colocada em posição de relativa submissão a essa criança-falo, presença encarnada sobre um fundo de ausência, permitindo-lhe responder em função do apelo no jogo de presença/ausência. É ainda a reatualização dessa equação simbólica que faz com que, mesmo tornando-se, no segundo tempo lógico, mãe real, toda potência, aquela que, desde a perspectiva da criança, responde apenas segundo seu próprio critério, ela, por saber inconscientemente que não é exatamente por seu próprio critério que responde à sua criança, ainda possa atuar no plano da delicadeza necessária à gradual estruturação subjetiva da criança.

Detenhamo-nos neste ponto para indagar quem é a mãe que tentamos cercar, aquela do futuro toxicômano. Imaginemos, por um instante, o que acontece se, diante de uma criança que lhe advém, por alguma razão, para essa mãe, a equação que associa falo e criança momentaneamente se desfaz e ela descobre ter sido ludibriada, a promessa de receber o falo não se concretizando de modo algum, ou pelo menos parcamente. O que ela recebe então, em lugar do objeto esperado, é algo pequeno, miserável, insuficiente para aplacá-la. Isso não depende diretamente da criança em causa, mas situase antes, no frágil equilíbrio que marcou sua estruturação edípica, reatualizada por um acidente

particular nas relações entre essa mãe e o homem/pai que vem situar-se no lugar do seu pai como aquele que poderia lhe dar o falo paterno. Não se trata simplesmente de não ser o falo para a mãe, mas de que essa criança levará doravante essa marca, a saber: a da descoberta da mãe de sua própria falta no plano imaginário. É um lugar inverso ao de refúgio da dor da falta, o qual foi preconizado por Freud como sendo aquele do filho para sua mãe. Desfeita a equivalência criança-falo, produz-se uma espécie de regressão, renovando-se a equivalência anterior e subjacente de falo-pênis a qual ela tentará desafiar, fazendo do parceiro um competidor a ser derrotado, fragilizado. Na impossibilidade de suportar que o falo lhe venha sob a forma do órgão masculino, do qual, de qualquer modo estaria definitivamente privada, ela acolherá a criança, se for do sexo masculino, no registro da rivalidade inconsciente, operando sobre a mesma, no tempo oportuno, uma espécie de elisão da virilidade.

Desse modo, pudemos articular a impressão causada, por exemplo, por uma mãe que, após falar dolorosamente sobre a descoberta da fraqueza velada de um pai, sob todos os aspectos exteriores poderosos, revela-nos que o momento em que soube que estava grávida foi o mesmo em que descobriu, em meio a uma cena de violência física, o alcoolismo do marido. Lembra ainda de, naquele instante, ter temido pelo destino dessa criança que seria geneticamente também alcoolista, prognóstico que, em nenhum momento, afetou o filho mais velho, também desse mesmo pai. Isso mostra que, para além da origem genética, o que marca o destino dessa criança é sua origem significativa a partir de duas descobertas convergentes, mas mutuamente exclusivas: a gravidez e a impotência do marido. Por trás de uma absoluta variação de conteúdo, são elementos estruturalmente equivalentes que encontramos em outra mãe, que diz ter sofrido longamente pela eterna espera de seu pai por um filho homem, e para quem as quatro filhas mulheres não tinham o menor interesse. Essa mulher, uma vez casada com um homem de família bastante tradicional, teve como primeiro filho um menino que, tendo recebido o nome do pai, longe de ser a sua criança-falo, torna-se para ela o substituto do irmão desejado por seu pai e, inconscientemente, odiado por ela.

Se essa criança não representa para a mãe o falo desejado, como se comportará ela, a mãe, diante de seu filho? Em primeiro lugar, há a questão do olhar, pois justamente o que essa mãe não pode é olhar para essa criança que lhe traz a imagem da falta. Guardemos a questão do olhar, a qual tem uma importância toda particular na toxicomania. De fato, é isso mesmo o que está em jogo, todo o tempo, entre mãe e filho, como nos indica o fato bastante conhecido da cegueira familiar a qual é diretamente proporcional à gravidade da dependência da droga. É também nessa direção que acolhemos a fala de um rapaz, quando diz que sua mãe o olha e parece não ver que é seu filho que ali está. Em segundo lugar, não há a submissão relativa que caracteriza a posição da mãe dita normal em relação à sua criança-falo, o que implica em que ela responde desde o início segundo seu próprio critério, precipitando-se rapidamente, na perspectiva da criança, na posição de mãe real, toda potência, produzindo uma espécie de curto-circuito sobre o delicado equilíbrio da constituição subjetiva da criança. O que aqui se torna de difícil obtenção para a criança é exatamente o objeto de satisfação simbólica, pelo que o objeto da necessidade é convocado a oferecer toda a satisfação possível de se obter, tanto do lado da mãe quanto do lado da criança. A experiência mostra o quanto, na toxicomania, a mãe, estando próxima ou não, não importa, ocupa-se tão somente em dar, dar tudo que tem, dar tudo que pode, dar coisas, uma infinidade de objetos transformados sistematicamente em objetos de necessidade, sem nenhum valor em termos de satisfação simbólica. Já podemos entrever aqui um lugar para o futuro objeto-droga.

E o que faz a criança futuro toxicômano diante dessa potência materna? Um fragmento da teoria pode ajudar-nos aqui. Lacan ensina que, diante da recusa do dom por parte da onipotência materna, recusa portanto da satisfação simbólica, a criança adormece a frustração inerente à relação imaginária primordial, na satisfação da necessidade, produzindo desse modo a erotização da atividade que coloca o sujeito na posse do objeto da necessidade. A satisfação da necessidade substitui, assim, a satisfação simbólica. A teoria lacaniana acrescenta, ainda, que, diante da onipotência materna da qual depende, a criança resiste, não no nível da ação, a qual foi erotizada, mas no nível do

exemplificando com a anorexia em que não se trata de um “não comer”, mas de um “comer nada”.

Não podemos deixar de lembrar aqui dos achados de Olievenstein sobre a infância do toxicômano, particularmente quando estabeleceu como característica marcante dessa criança o que chamou de coerção lúdica. Não poderíamos talvez ver nisso o equivalente de um fazer sem fim, que, ao tempo em que busca um olhar que não vem jamais, satisfaz-se num excesso de atividade que produz precisamente nada em termos de objeto? Nada é por essa via realizado, nenhum presente é ofertado a essa mãe, numa resistência que segue o modelo da analidade.

É tempo de voltar à estrutura. O momento lógico seguinte é o da descoberta pela criança do falo, que vai dar uma outra dimensão à onipotência materna. Escutemos Lacan no Seminário sobre a relação de objeto, capítulo XI: “O fio para se poder sair é dado pelo fato de que à mãe falta o falo, que é porque ela lhe falta que ela o deseja, e é apenas na medida em que alguma coisa lhe proporcione que ela pode ser satisfeita” ou “para satisfazer o que não pode ser satisfeito, a saber esse desejo da mãe que, em seu fundamento, é insaciável, a criança[...] engaja-se na via de se fazer a si mesma de objeto enganador”. Enfim, se a mãe não pode ser satisfeita, trata-se de tapeá-la, iniciando a criança todo um jogo imaginário em torno de saber onde está o falo, para poder situar-se, ela própria, num lugar intermediário entre a mãe e o falo, oferecendo-se ao olhar dessa última, numa dialética de engodo. Isso permanece dessa forma, por algum tempo, fornecendo à criança uma certa estabilidade.

Nesse ponto da estrutura é que ganha um novo colorido o desafio enfrentado por nosso pequeno sujeito, pois terá que lidar com o fato de que, justamente onde ele jamais esteve foi na posição de poder aplacar a falta fálica materna, o que condena seu jogo de tapeação, de saída, ao fracasso. Não é que não se engaje, como qualquer outra criança, na via de fazer-se de objeto enganador para a mãe. O que acontece é que, para ele, o jogo do engodo não lhe confere estabilidade alguma, já que a mãe está justamente ali para desalojá-lo rapidamente dessa posição, na medida em que seu olhar parece se dirigir a um objeto fálico vizinho a ele, mas que nunca é ele. A mãe aqui permanece fálica, mas diferentemente do que ocorre com o perverso, ao nosso pequeno sujeito não é

é possível a ancoragem numa identificação quer com o falo, quer com a mãe fálica. Longe da estabilidade que essa etapa poder-lhe-ia conferir, a criança situa-se, antes, num estado de suspensão, escopicamente capturada na busca desse objeto imaginário privilegiado que é o falo, e que a mãe, no entanto, trata de velar. Aqui, como aconteceu na passagem da mãe simbólica para mãe real, um curto-circuito opera-se e nosso pequeno sujeito é rapidamente precipitado no momento lógico seguinte.

Voltemos à estrutura. Nesse ponto, em que a criança encontra uma certa estabilidade no jogo do engodo, intervém a pulsão, o pênis real, para adverti-lo de sua insuficiência para satisfazer a mãe. Confrontado com a enorme distância que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo real para apresentar, a criança cai na condição de puro assujeitamento ao que lhe indica o Outro. Nesse momento, sobrevém a angústia, de onde somente pode tirá-lo a intervenção do pai real pela introdução da lei. Escutemos mais uma vez falar Lacan no mesmo Seminário: “Somente a partir do fato de na experiência edipiana essencial, ela (a mãe) está privada do objeto por aquele que o tem, que sabe que o tem, que o tem em todas as ocasiões, é que a criança pode conceber que este mesmo objeto lhe será dado um dia” e ainda: “Trata-se de que a criança assuma o falo como significante e de uma maneira que ele faça dele instrumento da ordem simbólica das trocas, na medida em que ele preside a constituição das linhagens”.

Aqui, para o nosso sujeito, futuro toxicômano, a descoberta da insuficiência do objeto real de que dispõe ganha uma dimensão particular, uma vez que vem cristalizar todo um vivido anterior, que já lhe antecipava sua discordância em relação ao objeto de desejo materno. Isso só tem o efeito de colocá-lo radicalmente à mercê de um outro materno insaciável, pelo que lhe sobrevem a angústia.

O elemento diferencial que, aqui, se põe em jogo e lança nosso pequeno sujeito numa trilha particular é que, nesse ponto do conflito, não se faz inteiramente acessível para ele a saída da castração. Falha aqui a instância do pai real, já que aquele que seria o suporte da função é introduzido pela mãe sob o signo da insuficiência fálica, da impotência, enfim. Se no que se refere à mãe, ele jamais pode ser o falo, no que compete ao pai, ele jamais o

terá, assinalando que só pode ter o falo quem algum dia o foi. Nessas circunstâncias, não há transmissão fálica possível, o falo não é algo que se pode ter e perder, algo que circula. Longe de alcançar o estatuto de objeto simbólico nas trocas humanas, o falo cristaliza-se no registro de objeto imaginário do outro materno. Se o falo simbólico representa o passaporte que garante a pertença a uma linhagem, o nosso pequeno sujeito, futuro toxicômano, vê-se alijado dela, colocando-se no caminho da exceção, da exclusão, que a droga só virá referendar posteriormente. E mais, em não se produzindo o salto necessário do imaginário ao simbólico, as relações persistem como essencialmente imaginárias.

Este é o sujeito que um dia encontra-se com a droga. E o que se passa então? Muitas coisas se passam. O erro foi tentar sempre encontrar a função da droga na toxicomania, função única, exclusiva, específica. Diria hoje que são vários os lugares que a droga ocupa na toxicomania verdadeira, várias suas funções, funções e lugares que vão se construindo e modificando gradualmente, de acordo com os diferentes momentos da aventura com o objeto droga, desde os primeiros encontros, até a instalação da dependência, e, mesmo além, ao tempo da cura.

Se tudo quanto foi aqui indicado faz algum sentido, podemos rastrear algumas funções que a droga vem ocupar para o sujeito assim constituído. Em primeiro lugar, e partindo da dialética da frustração, a droga pode ser tomada como um objeto real, convertido em objeto de necessidade, através do qual o sujeito narcotiza, na satisfação da necessidade, a insuficiente satisfação simbólica, implicada na recusa do dom do olhar.

Sob uma outra mirada, a droga vem a ser um equivalente fálico, o falo enquanto presença acessível, que no plano imaginário pode lhe produzir uma inflação narcísica – particularmente na fase inicial de consumo. Pode encarnar, ainda, o desejo materno enquanto ausência, insaciedade, um puro nada devorador que exige dele nada menos que tudo, pelo que se faz, por sua vez, o objeto da droga, nas fases mais avançadas do consumo.

Em outra vertente, a droga vem ainda encarnar a exclusão simbólica de que o toxicômano é objeto. Aqui mantém toda a sua importância o aspecto do uso ilícito do produto.

Avançando um pouco mais, observamos o quanto a complexa rede de representações que a modernidade desenvolve em torno da droga e, particularmente, o que se refere ao discurso médico e social, tende a criar através das instituições especializadas para o tratamento de toxicômanos, e sob a figura do ex-toxicômano institucionalizado, uma espécie de sucedâneo para a inscrição simbólica que esse sujeito só pode realizar de forma muito precária.

Um último comentário poderia ser feito em relação ao efeito produzido pela entrada da droga sobre as relações entre mãe e filho. O que a clínica indica é que a toxicomania tem como resultado a reatualização do vínculo entre o sujeito e o outro materno, o qual se vê agora obrigado a depositar nele seu olhar, não só pelo caráter exuberante que a toxicomania exhibe do ponto de vista fenomenológico, como particularmente pela fascinação que promove nela esse gozo encontrado pelo filho, para além dela própria. É como se aqui se invertesse a polaridade escópica anterior e aquela que foi contemplada vê-se agora obrigada a contemplar.

Muitas outras funções poderiam ser aqui agregadas, segundo a ampliação da experiência clínica e/ou compreensão teórica. O que ressalta de tudo isso é que a droga, por sua versatilidade peculiar, vem situar-se, por qualquer modo que seja, como objeto privilegiado na busca humana por uma solução para seus impasses constitutivos.

O encontro do toxicômano com um produto talvez seja uma dessas experiências, de valor traumático, das quais o sujeito jamais chega a se desvencilhar completamente. Nesse sentido, é possível que a própria direção da cura psicanalítica do toxicômano não possa prescindir desse objeto, cabendo ao analista, ao contrário, a tarefa de pô-lo a trabalhar, operando uma desmontagem da droga, enquanto função objeto, para articulá-la, enquanto função significante ou qualquer outra que nossa inventividade clínica e teórica possa ainda descobrir.

Notas

¹ *Psicanalista do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/ UFBA.*

Referências

- LACAN, J. A relação de objeto – O seminário – livro 4, *Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.*
- MACHADO, S. *Família e toxicomania. In: VII Jornada do Círculo Psicanalítico da Bahia. Salvador, 1995.*
- OLIEVENSTEIN, C. *A infância do toxicômano. In: A vida do toxicômano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983, p. 7-36.*